

ILHA DO COMBU: REALIDADES E DESAFIOS

*Eliseu de Sousa Costa¹
Nádile Juliane Costa de Castro²
Breno Lins de Alencar e Silva³
Sônia Sueli Serrão da Silva⁴*

RESUMO: O estudo apresenta e discute a realidade sociodemográfica da ilha do Combu, além de realçar os possíveis impactos da mesma a respeito da qualidade de vida dos ribeirinhos. Para isso, considerou-se o fato de muitas comunidades ribeirinhas serem marcadas por um acentuado grau de isolamento e exclusão, somado ao fato serem incluídos em políticas públicas governamentais sem que as especificidades de seu modo de vida sejam meditadas. Objetivou-se descrever o perfil socioeconômico local caracterizado pela habitação, economia e educação da ilha do Combu, bem como, contrastar com a realidade de outras comunidades ribeirinhas da Amazônia, inclusive da região insular do município de Belém. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, com estudo descritivo, observacional, não participante. Observamos que mesmo próximo à área urbana, a Ilha do Combu ainda mantém características e aspectos de comunidades tradicionais. Portanto, ainda que sobre forte influência da urbanização as características socioeconômicas que envolvem moradia, economia e educação, ainda exibem características peculiares a serem discutidos.

Palavras-chave: Comunidade. Educação. Habitação. Economia.

ISLAND COMBU: REALITIES AND CHALLENGES

ABSTRACT: The study presents and discusses the socio-demographic reality of “Combu” island (Belém, Pará State, Brazil), and highlight its possible impact to the quality of life of riverine people. For this, we considered the fact that many coastal communities are marked by a high degree of isolation and exclusion, coupled with the fact being included in government policies without the specifics of their way of life are meditated. This study aimed to describe the local socioeconomic profile characterized by the room, economy and education of the island's Combu as well, contrasting with the reality of other riverside communities in the Amazon, including the insular region of Belém. For this, a survey was developed qualitative with

¹Membro do Grupo de Pesquisa PESCA-Universidade do estado do Pará (UEPA). Concluinte do Curso de Enfermagem da Universidade da Amazônia (UNAMA). Universidade da Amazônia. Brasil. E-mail: eliseucoast@gmail.com

²Doutoranda do PPGDSTU/NAEA da Universidade Federal do Pará. Mestre em doenças Tropicais e especialista em saúde pública. Graduada em Enfermagem. Docente da Universidade da Amazônia e Faculdade de Castanhal. Brasil. E-mail: nadiledecastro@hotmail.com

³Concluinte do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade da Amazônia. Brasil. E-mail: breno_linss@hotmail.com

⁴Concluinte do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade da Amazônia. . Brasil. E-mail: soniasuelis1@yahoo.com.br

descriptive, observational, not a participant. We note that even close to the inner city, Combu Island still retains features and aspects of traditional communities. Therefore, although strong influence of urbanization on the socioeconomic characteristics involving housing, economy and education, still exhibit peculiar characteristics to be discussed.

Key words: Community. Education. Housing. Economy.

INTRODUÇÃO

A política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais relata que o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural, é imprescindível para não subsumir ou negligenciar as diferenças e as necessidades que permeiam a realidades destes grupos (BRASIL, 2007). Desta forma, o contexto histórico desses povos precisa ser compreendido com a finalidade evitar qualquer degradação da sua cultura.

Para isso, a Constituição Federal (1988), o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, é define como Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Desse modo, o termo ribeirinho designa qualquer população que vive às margens dos rios, e estas possuem característica singular de acesso aos centros urbanos, pela estreita relação que possuem com eles (COHEN-CARNEIRO et al., 2009). Além de desenvolverem como atividade de subsistência o extrativismo, a agricultura familiar e a pesca (OLIVEIRA et al., 2013).

Por ser assim, o senso comum a percebe Amazônia como uma unidade, seja pela sua topografia, seja pelas dinâmicas e estruturas sociais existentes (REIS et al., 2012). Porém especificidades regionais importantes, como a diferenciação entre população rural de beira de estrada e rural ribeirinha, precisam ser consideradas. Uma vez que fatores socioeconômicos e geográficos têm marcada influência na vida destes povos (COHEN-CARNEIRO et al., 2009).

A população do Pará é composta de sete milhões e meio de habitantes, onde pouco mais de 30% habitam na área rural, incluso nestes os ribeirinhos que residem às margens dos rios, furos e igarapés. Fazem parte dos diversos modos de vida dos povos amazônicos onde representam as experiências e os saberes sobre os tipos de coexistência relacionados à utilização do o espaço que ocupam (REIS et al., 2012).

Muitas dessas comunidades ribeirinhas são marcadas por acentuado grau de isolamento e exclusão. Com pouca organização social e baixo poder de influência política e bastante distanciadas dos grandes centros decisórios, os ribeirinhos são incluídos forçadamente nas políticas públicas gerais governamentais sem que as especificidades de seu modo de vida sejam consideradas. O que resulta nas amplas dificuldades que afligem variáveis como a economia, educação e saúde (SILVA et al., 2010). Esta população vive em precárias condições de saneamento, por razões socioeconômicas e culturais, e estão relacionadas ao meio ambiente, compreendendo habitação, tipo de solo e variações climáticas, condições que norteiam o cotidiano das comunidades ribeirinhas (SANTOS et al., 2010).

Neste sentido, é fundamental estudos para entender as desigualdades tanto da economia como sociais, haja vista, que as desvantagens socioeconômicas são fatores através do qual se acentuam as dessemelhanças (OLIVEIRA et al., 2012). A partir desse cenário, este estudo teve como objetivo apresentar o perfil socioeconômico: habitação, economia e educação da ilha do Combu, bem como, contrastar com a realidade de outras comunidades ribeirinhas da Amazônia, inclusive da região insular do município de Belém.

MÉTODOS

Foi desenvolvida uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, descritiva, observacional não participante. Objetivou-se descrever e compreender o perfil socioeconômico: habitação, economia e educação da ilha do Combu, bem como, contrastar com a realidade de outras comunidades ribeirinhas da Amazônia, inclusive da região insular do município de Belém. De acordo com Beuren e Raupp (2008), pesquisa qualitativa é uma análise mais profunda em relação ao fenômeno que está sendo estudado. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo (NEVES, 1996).

A observação tem grande importância na pesquisa. Por meio dela, procuramos perceber e entender o que se vê: os acontecimentos, o comportamento e as aparências. Ela pode ser do tipo participante e não participante. Esta última, se dá quando o pesquisador apresenta-se apenas como plateia atenta dentro do campo ser a pesquisado, registrando os fatos de forma detalhada. Assim temos o que se acordou chamar de pesquisa por observação não participante. Para tanto, tem seus objetivos respondidos por meio de um roteiro de observação, onde se procura registrar o máximo de elementos importantes ao estudo (GODOY, 1995).

A coleta de dados realizou-se no período de Novembro de 2014 a Janeiro de 2015 por meio de 4 visitas *in loco* no local da pesquisa, com utilização de registros fotográficos e registros em um diário de bordo baseado em um roteiro pré-determinado baseado no objetivo do estudo. Para análise dos dados, utilizamos da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Relacionado aos aspectos éticos

legais, o presente estudo, não foi submetido à avaliação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa por não envolver seres humano.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ILHA DO COMBU

Os povos do campo, assim como os das florestas, como os ribeirinhos e quilombolas, são comunidades em que a sua forma de vida, reprodução social e produção estão estreitamente ligadas a terra. Neste cenário, encontram-se os camponeses, e trabalhadores rurais de modo geral. Além destes, as comunidades tradicionais, como ribeirinhos que vivem em reservas, áreas de florestas, as margens de rios e igarapés (BRASIL, 2013).

Deste modo, mesmo próximo à área urbana do município de Belém a Ilha do Combu ainda mantém características e aspectos de comunidades tradicionais, como a forma própria de organização social, ocupação e uso do território para subsistência, além do uso dos recursos naturais como condicionantes a suas representações de cultural, sociedade, religião, história e econômica, bem como a utilização dos conhecimentos empíricos transmitidos através de suas tradições e repassado de geração em geração, entre pais e filhos.

Assim, mesmo sobre forte influência da urbanização as características socioeconômicas da ilha ainda mantêm questões sociais a serem discutidas, como muitas outras comunidades tradicionais rurais. É o que aponta o Manual de Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, ao evidenciar que apesar das melhorias recentes, o Brasil ainda apresenta iniquidades na distribuição da riqueza, com amplos setores de sua população vivendo em condições de pobreza que não lhes permitem o acesso às mínimas condições e aos bens essenciais à sua saúde (BRASIL, 2013). Ainda nesta linha, Morim (2014), afirma que boa parte das comunidades tradicionais, principalmente os ribeirinhos tem acentuado grau de isolamento social e econômico, o que os deixa a margem de políticas públicas e mecanismo de controle de qualidade de vida, sem que suas especificidades sejam estudadas para que possam ser mais bem assistidos.

Ao que concerne ao Combu, de acordo com Nascimento (2013) a população têm escolaridade média de 2,8 anos de estudo, tendo como principais fontes de renda: extração de açaí e cacau (60,7%) e Bolsa Família (32,14%), com renda média mensal de R\$ 475,00. Casas em sua maioria construídas de madeira, sem acesso ao saneamento básico, e serviço de saúde incipiente. Convergindo com isso, Reis et al (2012) também evidenciou que as moradias destes ribeirinhos são em forma de palafitas, sem acesso a saneamento básico, dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação e com a economia proveniente do extrativismo e da pesca, além de outras atividades como: serviços doméstica, auxiliar de serviços gerais, doceira, dentre outros, o que descreve uma mudança ocupacional na comunidade devido a proximidade da ilha com o centro urbano. Portanto, embasado nas informações supracitadas a ilha ainda apresenta acentuados indicadores de pobreza.

No entanto, é preciso compreender que a pobreza não é somente a dificuldade de acesso a bens materiais, mas também a vulnerabilidade decorrente da carência de oportunidades e de possibilidades de opção entre diferentes alternativas. Ela se manifesta na falta de emprego, de moradia digna, de alimentação adequada, de sistema de saneamento básico, de serviços de saúde, de educação e de mecanismos de participação popular na construção das políticas públicas. Além de manifesta-se também na deficiência de resolução de conflitos, o que agrava mais ainda a violência no campo, assim como na precariedade de relações ambientais sustentáveis.

Desta forma, as comunidades ribeirinhas no geral, apresentam condições socioeconômicas desiguais se comparados a outras comunidades. Devendo-se isso a questões geográficas, antropológicas e sociodemográficas. A geografia de muitas dessas comunidades, por exemplo, é um dos principais fatores limitantes de acesso aos serviços básicos de saúde e educação, saneamento, trabalho e moradia. Neste sentido Morim (2014), afirma que os povos tradicionais têm o isolamento social e econômico como uma característica comum a eles, o que os torna passíveis de ações e programas de controle de qualidade de vida.

Consoante a isso, constata-se que a ilha do Combu convive com o isolamento social parcial, visto que, embora, se trate de uma população tradicional ribeirinha a proximidade com a área urbana de Belém, capital do Estado, portanto, o mais importante e influente município do Pará, permite que esta, diferentemente de outras comunidades mais isoladas geograficamente, tenha maior acessibilidade a serviços como educação, saúde e incremento da economia por outros atividades além do extrativismo e da pesca, mesmo que de forma deficiente a ponto de não suprir todas as suas demandas.

Do mesmo modo, Belém possui, na sua região insular, cerca de 39 ilhas distribuídas em distritos que são banhados pelo rio Marajó e rio Maguari (FARIAS et al., 2010). Estas foram ocupadas por um longo tem por populações indígenas e cotidianamente é ocupada por ribeirinhos e outros povos tradicionais. Entre estas fases, por serem consideradas como periferia de Belém, recebiam determinadas categorias sociais que eram consideradas perigosas e marginalizadas, além de portadores de doenças infectocontagiosas, como a Lepra, hoje hanseníase (GUERRA et al., 2003).

Ainda de acordo com Guerra et al. (2003) atualmente as Ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba, próximas a região metropolitana de Belém, possuem similaridade com a Ilha do Combu quando comparado o acesso, o turismo, o serviços de saúde e educação. Por outro lado, outras ilhas como a do Papagaio, Maracujá e Ilha das Onças dentre outras, levam cerca de vinte minutos de barco, e apesar de uma distância física irrelevante, existe uma distância cultural e socioeconômica imensa entre essas localidades. Acesso inadequado, pouco contingente turístico, ausência de serviços de saúde e educação são alguns dos principais problemas dessas comunidades.

Em observação a esses problemas socioeconômicos inerentes as comunidades tradicionais foi criado o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007,

que tem como objetivo reconhecer a existência dos povos e comunidades tradicionais, dentre os quais estão os ribeirinhos, instituindo uma política nacional voltada para as necessidades específicas desses povos, a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (BRASIL, 2007).

MORADIA DOS POVOS RIBEIRINHOS DO COMBU

As moradias tradicionais dos povos ribeirinhos são denominadas de palafitas, termo utilizado para designar um tipo de habitação construída sobre troncos ou pilares. Esse tipo de construção é comum em áreas alagadas, elas são feitas de madeira, de palha ou de taipa, isto é, de barro sobre uma armação de galhos e ripas. Por se tratar de um tipo de moradia precária, as populações que vivem nas palafitas estão em constante risco, especialmente quando as águas sob as casas estão poluídas.

Em observação realizada na Ilha do Combu, foi identificado que as casas da ilha em sua grande maioria são de madeira, com pisos elevados, telhas de barro, todas muito próximas às margens dos rios. Essas moradias são adequadas ao sistema de cheia dos rios, quase sempre possuem um pequeno trapiche ou ponte, que tem como objetivo facilitar o acesso, haja vista, que o rio é o principal meio de deslocamento dos ribeirinhos.

Isto corrobora com Reis et al. (2012) que em seu estudo identificou que as casas ribeirinhas da ilha Combu são em estilo palafitas, construída com tábuas, telhas de barro e amianto, portanto, adequadas ao sistema de cheias dos rios, e quase sempre há um pequeno trapiche ou ponte na parte frontal das residências, tendo por finalidade estacionar/atracar as rabetas e/ou montarias. Além disso, o autor afirma que o banheiro localiza-se na parte externa da casa, uma espécie de compartimento independente interligado a residência por uma ponte feita por tronco de açazeiro ou miritizeiro, sendo descrito como um pequeno barraco coberto, com um orifício no assoalho, ainda relata que pelo fato de a comunidade não ter acesso ao saneamento básico: água encanada, sistema de esgoto, coleta e separação de lixo, muitas patologias podem estar associadas a essas condições precárias de moradias, a destacar: diarreia, anemia, hepatites, amebíase, tifo, salmonela, febre tifoide, viroses, patologias gastrointestinais, infecção urinárias, entre outras. O motivo apontado para essas consequências é a poluição dos rios, principal fonte de sobrevivência dos ribeirinhos, falta de saneamento básico e ausência de água potável. Inclusive, Teixeira e Alves (2008) afirmam que a água que os ribeirinhos do Combu ingerem como potável, provém de torneiras públicas, localizadas em portos na área urbana do município de Belém e que chegam à ilha, armazenadas em baldes e garrafões de plástico sem qualquer cuidado sanitário.

Em contrapartida ao estudo de Reis et al. (2012), observamos em nosso estudo que na comunidade ribeirinha da ilha do Combu ocorreram transformações nos aspectos habitacionais. Antes as residências eram predominantemente de madeiras no estilo palafita, e hoje contrastam com habitações mais modernas

construídas em alvenaria, tendo o banheiro como cômodo incluso a casa, e com fossa séptica, como ilustram as figuras 1, 2, 3 e 4. Acredita-se, que a proximidade entre a comunidade e a área urbana de Belém tenha favorecido essas mudanças. Soma-se a isto o incremento que a renda apresentou devido ao crescimento das atividades turísticas, que associadas à pesca, ao artesanato e ao extrativismo, possibilitaram melhores condições de vida. Por outro lado, as questões relacionadas ao saneamento básico, como: sistema de esgoto, água encanada, coleta e separação do lixo, são incipientes para garantir melhora nos indicadores atuais de saúde da ilha, onde ainda são incidentes as doenças caracterizadas por sintomas gastrointestinais como as supracitadas.

Figura 1 e 2 – Residência de alvenaria à margem do furo do Combu e Residência de madeira a margem do furo do Combu, Belém - PA.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figuras 3 e 4 – Contraste observado entre os diferentes tipos de residência encontrados na ilha do Combu.



Fonte: Arquivo pessoal.

ECONOMIA DOS POVOS RIBEIRINHOS

A economia é o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando à produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida. Para Morim (2014) os ribeirinhos têm como principal atividade de subsistência e renda a pesca, e somado a esta há extrativismo de sementes, frutos, palmito de açazeiro dentre outros insumos que oferece a natureza, como a malva, por exemplo, planta típica da região amazônica que tem diversas utilidades. A malva possui uma fibra, retirada no momento da sua colheita nas margens do rio, que é utilizada como matéria prima na indústria de estofados e tecidos. A plantação de milho e mandioca, a produção de farinha e a coleta da castanha e do açaí também ocupam lugar de destaque nas atividades agrícolas das comunidades ribeirinhas.

Logo, identificou-se que as atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades ribeirinhas da ilha do Combu estão relacionadas principalmente ao extrativismo vegetal e a pesca, dentre as atividades econômicas desenvolvidas pelo extrativismo, destaca-se a coleta do açaí e do cacau, como ilustram as figuras 5, 6 e 7. Por outro lado à atividade pesqueira desenvolvida na ilha assume a forma de pesca artesanal, essa prática tem como principal objetivo o comércio e a própria subsistência, utiliza-se mão-de-obra familiar e pequenas embarcações. Nesta atividade, geralmente são utilizadas redes e a pesca é realizada nas proximidades das margens dos rios, constituindo uma grande fonte de renda e de subsistência para a comunidade.

Figura 5 – Cultivo de cacau em quintal de ribeirinho do Combu.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 6– Travessia da Ilha do Combu com vegetação características



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 7 – Açaí em ponto de ser extraído.



Fonte: Arquivo pessoal.

O fato de a ilha estar próxima à região urbana de Belém faz com que o cenário dessas atividades econômicas e de subsistência da ilha comecem a sofrer fortes influências, logo percebe-se que muitos nativos que antes viviam apenas da pesca e do extrativismo começam a vir para a área urbana de Belém a procura de melhores condições de emprego e educação, voltando para a ilha no fim do dia. Teixeira e Alves (2008), afirmam que processo que envolve a dinâmica de trabalho e renda dos ribeirinhos, bem como da maioria das comunidades tradicionais amazônicas é marcado pela íntima relação que existe entre estes povos e a floresta, em especial aos rios, lagos e igarapés. Essa relação diferenciada com a natureza

faz dos ribeirinhos grandes detentores de conhecimentos sobre aspectos da fauna e da flora da floresta; o uso de plantas medicinais; o ritmo e o caminho das águas; os sons da mata; as épocas da terra. Esse convívio alimenta a cultura e os saberes transmitidos de pai para filho.

Neste sentido, por se tratar de uma comunidade ribeirinha, economicamente, Reis et al. (2012), destaca que o extrativismo, a pesca e as atividades domésticas apresentam-se como as principais ocupações dos nativos a ilha do Combu. Contudo, devido à proximidade da comunidade com a área urbana de Belém, vem ocorrendo uma transposição ocupacional desses nativos, fato este se comprova pela procura de melhores oportunidades de emprego, educação e mudanças no modo de vida.

É prudente afirmar que o desenvolvimento socioeconômico ocorrido na área urbana de Belém, vem impactando de forma direta o modo de vida dos ribeirinhos da ilha do Combu, fazendo com que muitos deles deixem suas próprias comunidades a procura de melhores condições de trabalho, educação, saúde e moradia, caracterizando assim o chamado êxodo rural.

O êxodo rural consiste no abandono da população do campo, em busca de melhores condições de vida em regiões de maiores desenvolvimento socioeconômico. Logo, este fato deixa as comunidades ribeirinhas do Combu em desvantagem, pois com a saída desses ribeirinhos em busca de melhores oportunidades de trabalho, educação e moradia, as comunidades acabam perdendo sua população e com isso as tradições, os hábitos e os costumes daquela comunidade começa a deixar de existir. Isso representa um aspecto negativo para as comunidades ribeirinhas do Combu, logo, se presume que ações de incentivo e investimento deveriam ser adotadas para aquela população, ações que valorizassem, beneficiassem e que amparassem a permanência deles em suas devidas comunidades, por meio de melhores condições de educação, saúde, moradia, saneamento, melhores condições de exploração das terras, e da pesca, promovendo assim, com que os hábitos, costumes e tradições dessas comunidades fossem mantidos.

Segundo Belém (2010), o perfil socioeconômico da capital paraense é embasado por modelo produtivo onde o comércio e serviços é a principal fonte de emprego e renda. E é nesta área que se concentra a maioria das atividades produtivas do estado, sendo esta configuração resultante do processo histórico inserção da região contexto da econômica e sua evolução.

É necessário compreender que pelo fato de Belém concentrar grande parte das atividades de comércio e serviço, favorecendo assim, maiores oportunidades de emprego e renda. Isto é comprovado ao fato de grande parte dos ribeirinhos que antes viviam apenas da pesca, extrativismo e artesanato saírem da ilha e seguirem em busca de novas oportunidades de trabalho na área urbana de Belém.

De forma mais detalhada a atividade de pesca, por sua vez, caracterizava-se como artesanal, apresentando um caráter não predatório, porém, nem sempre se respeitava o ciclo de reprodução das espécies. Técnicas simples são utilizadas para

a captura do peixe, dentre as quais se destacam a tarrafa, curral, pequenas redes de pesca e matapi. Já a condição extrativista, o ribeirinho viver em função de um ciclo sazonal. No período que compreende a entre safra das frutas ou na carência de caças, os ribeirinhos padecem com redução dos recursos naturais, e isso reflete na qualidade de vida, que fica prejudicada, haja vista, que a caça, a pesca e o extrativismo constituem as principais atividades econômicas, e para alimentação durante o todo o ano (REIS et al., 2012).

A pesca representa a principal fonte de renda para comunidade ribeirinha da ilha do Combu, seus produtos são comercializados nos mercados da área urbana de Belém, principalmente na entre safra do açaí. Além de representar a principal fonte de renda para os ribeirinhos a pesca representa também a principal fonte de proteína animal para essa população, logo ela é tida como a uma das principais fontes de subsistência.

EDUCAÇÃO NO COMBU

Durante o transcorrer da evolução social do homem a definição de educação sofreu influencia do nativismo e do saber empírico. Inicialmente era tido como o desenvolvimento das potencialidades internas do individuo, cabendo ao educador auxilia-lo na exteriorização, depois era o conhecimento adquirido através das vivencias diária (MARTINS, 2004). Nesse sentido, Viana (2006) diz que é prudente afirmar que a educação tem fundamental importância para a evolução do homem, e, portanto da sociedade em que vive.

Partindo deste pressuposto, é importante compreender que a educação para um indivíduo é indissociável do contexto social a qual ele está submetido. Como ressalta Freire (2004) ao mostra que a educação, deixa de ser “bancária” onde o conhecimento é depositado no individuo sem que ele o questione, passa a ser problematizadora, ou seja, relaciona-se a realidade, a totalidade social, ao cenário que faz parte o educando e o educador, onde o ato de conhecer, aprender é inseparável do conhecimento que já se possui.

Neste sentido, na comunidade ribeirinha do Combu, é imprescindível que a educação oferecida, busque a inserção dos elementos antropológicos e sociodemográficos no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o educador e educando discutem a educação diante do contexto social o qual estão inseridos, permitindo ao aluno desenvolver olhar crítico sobre os aspectos sociais a sua volta e habilidades para resolução dos problemas, bem como a valorização das potencialidades da comunidade.

Logo, é importante entender que a educação tem real impacto sobre os indicadores sociodemográficos. Assim, se uma comunidade tem índices educacionais baixos, certamente isso vai refletir negativamente no modo de vida, na saúde, economia, desenvolvimento social, dentre outros.

Dentro deste contexto, o profissional que for trabalhar nestas áreas deve desenvolver habilidades profissionais por meio das disciplinas curriculares, onde sua formação técnica em saúde esteja consciente desta possibilidade (DE CASTRO, 2015).

Para que entendamos o contexto sócio educacional do Combu, Nascimento (2013) relata que a escolaridade média dos ribeirinhos desta ilha é de 2,8 anos de estudo. Na mesma direção, Reis et al. (2012) diz que no Combu, a escola gerenciada pela secretária municipal de Belém, possui apenas duas salas de aula e funciona adjunta a outra escola na área urbana no município. A figura 8 mostra a área frontal da escola da ilha. Nessa escola, é utilizado um sistema de ensino denominado de ciclo, no qual estudam alunos da educação infantil até a 4ª série, agregando-se em uma única sala duas séries simultaneamente. Durante o período matutino, funciona a educação infantil, 1ª e 2ª séries; as turmas de 3ª e 4ª séries funcionam no período vespertino.

O fato de está próximo à área urbana favorece aos alunos que têm interesse de continuar a estudar as séries posteriores que a escola da ilha não oferece. Por outro lado, agregar alunos de duas series em uma mesma sala torna-se paradoxal. Pode, inclusive, prejudicar a formação da base educacional dessas crianças, assim como o aprendizado. Sem contar às dificuldades que supomos viver o educador, tendo que lidar com crianças em diferentes fases do desenvolvimento intelectual em um mesmo espaço. Outro ponto importante a ser discutido, é justamente, a continuidade do ensino, visto que é dado em outra escola, que está localizada no centro urbano de Belém e possui alunos que estudam no sistema de ensino regular desde as primeiras séries, portanto, teoricamente melhor preparados que os ribeirinhos.

Desse modo, se o ribeirinho tem uma educação inicial prejudicada ou incipiente, pode ter dificuldades de acompanhar o resto da classe, resultando no desestímulo, e caso não amparado pela escola e família, posterior desistência. E em virtude disso perpetuação da configuração atual dos indicadores educacionais que ilha apresenta.

Figura 8 – Escola municipal da ilha do Combu, Belém-Pa



Fonte: Arquivo pessoal.

A escola fica a margem do furo do Combu. Logo os alunos dependem de embarcações para ter acesso. Para isso a prefeitura de Belém disponibiliza um Barco para o transporte dos alunos (Figura 9). Este realiza duas viagens durante o dia: uma pela manhã e outra à tarde. Sendo o mesmo barco que transporta os alunos que precisam desloca-se para estudar na área urbana de Belém.

Figura 9 – Barco para transporte de estudantes do Combu, Belém-Pa.



Fonte: Arquivo pessoal.

Ainda com essas questões, se comparado com outras ilhas que compõem a área insular do município, os moradores do Combu tem acesso facilitado à rede

regular de ensino da área urbana, devido à proximidade. Fator importante para a continuidade dos estudos nos ensinos fundamental, médio e superior. Ainda assim, como supracitado Por Nascimento et al. (2013) a média de escolaridade dos ribeirinhos do Combu ainda é baixa, com apenas 2,8 anos de estudo. Isso significa, de modo geral, que a comunidade tem dificuldades de continuar a estudar.

Isso se reflete nas condições da vida diária e em outros serviços como os de saúde. Desse modo, é importante que compreendamos que a educação e a saúde estão estreitamente ligadas, Como evidencia Lino et al. (2010 ao afirmar que educação e cuidado são inseparáveis, pois o cuidador educa, e pela educação também se exerce o cuidado, logo, sem duvidas, da educação na forma inicial, ou continua é fundamental, pois faz parte do ato de cuidar do ser humano em sua totalidade.

Assim, além as questões epidemiológicas inerentes à ilha a equipe da ESF ainda precisa contornar as dificuldades de entendimento da população, decorrentes do baixo nível de escolaridade dos ribeirinhos. Cabendo a estes profissionais buscarem métodos de promover educação em saúde de forma acessível e adequada a escolaridade dos ribeirinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto que retrata a realidade socioeconômica do Combu, evidenciou-se que embora a ilha tenha proximidade e facilidade de acesso a área urbana do município de Belém, logo, esteja sobre forte influencia, isso não tem representado impactos significativos para a melhoria da educação, ampliação da economia e melhores condições de habitação e saneamento para todos, sendo ainda privilégio de poucas famílias. Isto reflete então em outras variáveis como a saúde, acessibilidade e qualidade de vida. Assim é necessária maior atenção a este contexto, considerando que estes povos possuem politica especifica de direitos direcionada as suas necessidades. Todavia não estão sendo garantidos mediante as observações identificadas pelo estudo. Entretanto, na tentativa de garanti-los é fundamental entender que tão importante quanto criar garantir politicas e ações para inclusão social destes grupos, deve-se atentar para todo o contexto que os envolve, seja ambiental, social e/ou antropológico a fim de preservá-los e garantir a continuidade e manutenção destas comunidades sem que elas percam suas especificidades.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M.; **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências**. São Paulo: Atlas, p. 46-97, 2008.

BELÉM. Prefeitura Municipal, Secretaria de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão. Plano diretor atual. **Dados da cidade**. Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/paginas/brasao.php>>. Acesso em: 04 abr. 2015

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1.ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Decreto nº 6.040. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades**. Lex: legislação federal de 1988. 186º da Independência e 119º da República. Brasília, 7 fev. 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 1.ed. Brasília, DF. 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

COHEN-CARNEIRO, F. et al. Oferta e utilização de serviços de saúde bucal no Amazonas, Brasil: estudo de caso em população ribeirinha do Município de Coari. Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 8, p. 1827-1838, 2009.

CASTRO, N. J. C. O ensino da saúde indígena nos currículos e espaços acadêmicos. **Ensino, Saúde e Ambiente**. v. 8, n. 1, p. 15-25, 2015.

FARIAS, M. S.; NASCIMENTO, N.S.; LIMA N. G.; MIRANDA R. S. Um estudo dos problemas ambientais da área de proteção ambiental da ilha do Combú Belém-Pa. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, no ano de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2010/V-002.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 39.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n. 3, p. 20-29 Mai./Jun. 1995.

GUERRA, A. D.; FREIRE J. S.; KATO O. Ilhas estuarinas e ocupação humana. In: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS, REALIZADO EM BELÉM, NO ANO DE 2003. **Anais...** Belém: NAEA/UFPA, 2003. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/projetomegam/anais/Primeiras.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. **Características da População e dos Domicílios**: resultados do

universo brasileiro. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

LINO M.M. et al. Análise da produção científica dos grupos de pesquisa em educação em Enfermagem da região sul do Brasil. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 265-273, abr./jun. 2010.

MARTINS, R. M. S. F. **Direito à educação**: aspectos legais e constitucionais. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

MORIM, J. Ribeirinhos. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Maio de 2014. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 01 abr. 2015

NASCIMENTO, L. S. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade ribeirinha da Amazônia. **Anais do Congresso Brasileiro de Medicina da Família e Comunidade**. Belém, Maio; v. 12, p. 1363, 2013. Disponível em: <http://www.cmfc.org.br/brasileiro/article/view/747/745>. Acesso em: 13 abr. 2015.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo. v 1, n. 3, p. 1-5, 2º semestre/1996.

OLIVEIRA, B. F. A.; MOURÃO, D.S.; GOMES, N.; COSTA, J.M.C.; SOUZA, A.V.; BASTOS, W.R.; FONSECA, M.F.; MARIANI, C.F.; ABBAD, G. HACON S.H Prevalência de hipertensão arterial em comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, Amazônia Ocidental Brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 29, n. 8, p. 1617-1630, 2013.

OLIVEIRA, J. W. B.; AQUINO, J. M.; e MONTEIRO, E. M. L. M. Promoção da saúde na comunidade indígena Pankararu. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, n. 3, p. 437-444, 2012.

REIS, S. S. L. D.; SILVA, S. S. D. C.; PONTES, F. A. R. Araraiana e Combu: um estudo comparativo de dois contextos ribeirinhos amazônicos. **Temas em Psicologia** v. 20, n. 2, p. 429-438, 2012.

SANTOS, F. S. D.; GAMA, A. S. M.; FERNANDES, A. B.; JUNIOR, R., DOS DIAS, J. D.; GUIMARÃES, J. Prevalência de enteroparasitismo em crianças de comunidades ribeirinhas do Município de Coari, no médio Solimões, Amazonas, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**. v. 1, n. 4, p. 23-28, 2010.

SILVA, S. S. C.; PONTES, F. A. R.; SANTOS, T.M.; MALUSCHKE J. B.; MENDES, L.S.A.; REIS D.C.; SILVA S. D. B. Rotinas familiares de ribeirinhos amazônicos: uma possibilidade de investigação. **Revista Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília. v. 26, n. 2, p. 341-350, 2010.

TEIXEIRA, S. R. S.; ALVES J. M. O Contexto das Brincadeiras das Crianças Ribeirinhas da Ilha do Combu The Context of Riverine Children Plays on Combu Island. Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 21, 3, p. 374-382, 2008.

VIANNA, C. E. S. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** janus, lorena, ano 3, n.4, p.129-138, 2º semestre de 2006. Disponível em: <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Artigo recebido em: 26/05/2015

Artigo aprovado em: 08/10/2015